

JOSÉ PINTO PEIXOTO • LUIZ MARIA DA CAMARA PINA • ANTÓNIO
JORGE ANDRADE DE GOUVEIA • JOSÉ TOSCANO RICO • MANUEL
JACINTO NUNES • JACINTO DO PRADO COELHO • FERNANDO DIAS AGUDO

COMEMORAÇÕES
DO
II CENTENÁRIO DA ACADEMIA
DAS
CIÊNCIAS DE LISBOA



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
LISBOA • 1995

DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DA ACADEMIA
DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
GENERAL LUÍS MARIA DA CÂMARA PINA

Senhor Presidente da República
Minha Senhora
Majestades e Altezas
Senhor Duque de Lafões
Senhores Embaixadores
Altas Autoridades Religiosas, Militares e Civis
Minhas Senhoras, Meus Senhores

A Academia das Ciências de Lisboa beneficiou sempre, desde a sua fundação há 200 anos, do alto e desvelado patrocínio do chefe do Estado.

A presença de V. Ex.^a, Senhor Presidente da República, hoje aqui, é mais uma prova de que esse patrocínio se mantém vivo e benevolente — a «querer-nos bem» — sem quebra, sem interrupção.

Digne-se V. Ex.^a aceitar a marca da nossa profunda gratidão — e permita que na sua pessoa a Academia agradeça emocionadamente a todas as distintas personalidades que neste salão nobre se reuniram e nos apoiam com a sua fraterna solidariedade.

Bem hajam.

A Academia das Ciências de Lisboa foi fundada por diploma de 24 de Dezembro de 1779 e nesse mesmo dia viu também os seus Estatutos aprovados por D. Maria I. Deveu-se este arranque cultural à tenacidade e à munificência do Duque de Lafões e à competência, trabalho e perseverança de dois cientistas notáveis — o Visconde de Barbacena e o Abade Correia da Serra.

Faziam parte dos sócios fundadores da Academia dois generais — o próprio D. João de Bragança, Duque de Lafões, e o tenente-general Bartolomeu da Costa, artilheiro de grande fama e altos méritos.

De resto, ao longo da sua vida, a Academia tem contado sempre com militares entre os académicos — e após a fundação da Revista Militar por Fontes Pereira de Mello e outros oficiais, em 1848, este número aumentou significativamente, assumindo muitos deles funções que desempenharam com distinção, quer na Presidência da Academia, quer no exercício de vários cargos académicos.

São de notar as alternâncias de entusiástico acolhimento e de suspeitosa reserva que a sociedade civil dispensa aos militares — não só em Portugal, mas praticamente em todo o mundo e independentemente do grau de civilização social.

Os militares de certo modo anunciam um perigo que será preciso conjurar, uma ameaça indeterminada, uma violência desrazoável, que irá em hora desconhecida impender sobre a sociedade e a que a sociedade terá de resistir em bloco, mobilizando todos os recursos, arriscando todos os bens e todas as comodidades até então usufruídas.

Desempenham um pouco a missão do escravo, que, de pé, junto dos generais romanos vitoriosos ao entrarem em Roma sob uma chuva de aclamações, lhes murmuravam continuamente ao ouvido: «Lembra-te que és mortal, lembra-te que és mortal...»

A verdade é que os Exércitos são instituições sociais fundamentais — com eles nasce o Estado, sem eles morre o Estado.

Mas na Academia não houve — nem há — reservas para os militares, nem diferenças ou distinções: irmana-os o ideal comum. Eles também nunca ousariam murmurar ao ouvido dos seus confrades, imortais por tradição, «lembra-te que és mortal, lembra-te que és mortal...»

Mas deixemos o passado para os distintos oradores que vão seguir-se e permitam-me que enfoque três ou quatro factos demonstrativos da actualidade científica da Academia.

Na Faculdade de Ciências de Lisboa, nos cursos de História das Ciências, Filosofia das Ciências e Sociologia das Ciências, foi escolhido para trabalho de grupo, no ano lectivo corrente, a história e a missão da Academia das Ciências de Lisboa, dada a sua categoria no meio social português e a sua actividade cultural. Com o seu professor, os alunos têm vindo à Academia e têm trocado impressões com alguns académicos. Poderão consultar, sem quaisquer entraves, a documentação existente. A sua monografia será redigida em plena liberdade e independência: talvez a ilustrem com fotografias ou a acompanhem com um filme de curta metragem, se o Plenário académico a isso os autorizar.

É desvanecedor, e portuguesmente importante, que a mocidade estudiosa nos procure, se não afaste de nós, dos mais velhos, e se disponha a integrar-se numa linha tradicional de estudo e de pensamento, seguindo-a no que tenha de autêntico, de verdadeiro, de fundamental, de mobilizador para a acção.

A iniciativa da Academia, conhecida por «Fronteiras do Conhecimento», está no seu zénite. Pequenos grupos de especialistas, portugueses e estrangeiros, escolhem determinado domínio científico, forçosamente restrito, e, sob o patrocínio da Academia, investigam-no conjuntamente e definem nesse domínio um limite do saber, uma fronteira do conhecimento. Terminada a investigação, reúnem os seus estudos e conclusões em livro que é publicado pela Academia e por uma editora internacional que o lança, escrito em inglês, no mercado mundial.

A Academia convida cada um dos grupos para um simpósio em Lisboa e aí esses cientistas, que, por vezes, se não conhecem, trocam impressões, apreciam dificuldades ou novos métodos, e convivem.

Temos já obras publicadas em matemática moderna, química bio-inorgânica, fixação do azoto, pré-história (caverna de Alcanede), geologia e fósseis de Angola, catálogos de documentos de Lisboa para Londres nos séculos XVII e XVIII — e o simpósio mais próximo deverá realizar-se na Primavera de 1980 sobre «Estatística Avançada», dirigido, por parte da Academia, pelo Professor de Matemática Doutor Tiago de Oliveira. Estão já prontos e entregues na tipografia os originais dos Livros de Linhagens, com notas e comentários dos Profs. Joseph Piel e José Mattoso — e em curso de investigação encontram-se trabalhos de Química (Prof. Jorge Calado, pela Academia), de Física (Prof. Delgado Domingos, pela Academia) de Climatologia (Prof. José Pinto Peixoto, pela Academia), que só para fins de 1980 ou para 1981 poderão ser apresentados e discutidos.

O tempo mínimo necessário para estas investigações, de grande responsabilidade, evidentemente, são 2 anos — o que, mesmo para «imortais», sobretudo para os do grupo etário superior académico, significa grande poder de expectativa benévola...

Os cientistas estrangeiros — espanhóis, ingleses, americanos, russos, japoneses, suecos, holandeses — que participaram nos nossos colóquios foram de opinião, e escreveram-no, que estávamos a seguir um trilho de certa novidade e, sob muitos aspectos, altamente prometedor.

O grupo que investigou a fixação do azoto já decidiu iniciar novo ciclo de trabalho e está já montada uma antena de investigação em

Portugal (Prof. Eng.º Armando Pombeiro), a estudar o problema em coordenação com a Universidade de Sussex. A este grupo pertencem dois cientistas russos, um dos quais veio pela primeira vez ao Ocidente, o que mostra o interesse que os Estados ligam à investigação sobre a fixação do azoto. No fundo trata-se de um problema de diminuição da produção de petróleo, aumento de população, escassez de fertilizantes.

Parece-nos que a Academia está a cumprir a sua missão — mas é de elementar justiça manifestar publicamente à Secretaria de Estado da Cultura o nosso profundo agradecimento pelo apoio e a ajuda que, a todos os níveis, generosamente nos concedeu.

No mês de Janeiro próximo realizar-se-á na Academia das Ciências de Lisboa a sessão final de um simpósio organizado pelas Universidades portuguesas e pela Universidade Gama Filho, do Brasil. Haverá numa mesa redonda sobre Filosofia, de manhã, e à tarde discutir-se-ão novos rumos, estreitamento de relações entre Universidades, possibilidades de cooperação.

A Academia foi convidada para participar neste convénio — e jubilosamente aceitou o convite.

Levou-nos este facto à nossa principal missão na hora que corre — a difusão da língua e da cultura portuguesas.

E um dos presentes que o Estado nos poderia dar pelos nossos 200 anos seria a concessão de um modesto apoio em meios humanos e em meios materiais, para não se perder a possibilidade da nossa projecção externa e a eficiência da nossa Biblioteca que, com os seus 300 a 400.000 volumes e os seus 3.000 inestimáveis manuscritos, está em risco de não poder desempenhar cabalmente a sua função cultural.

Já não se catalogam as revistas nacionais e estrangeiras e, por absoluta e confrangedora falta de espaço, já não é possível arrumar os livros que se recebem. Espaço e revisão do ficheiro são, por esta ordem, duas necessidades prementes e urgentes.

Na Academia, a política que todos seguimos, é a política do espírito.

Nela todos nos empenhamos, sem que haja dissensões ou divergências: o nosso claro dever é o culto e a expansão da Língua Portuguesa.

Data de 1192 um dos primeiros documentos escritos em português, e de 1214 o testamento em português de D. Afonso II. Embora quanto ao primeiro, porque o segundo não oferece dúvida, a análise do Doutor Avelino de Jesus da Costa não permita uma afirmação indiscutível, o certo é que antes de se fixar a linguagem na escrita já ela devia ser correntemente falada — e o nosso confrade, Prof. Joseph Piel, declarou

sem hesitação que «dois séculos antes do ano 1100 o idioma do futuro Condado Portucalense apresentava fonética e lexicalmente maiores afinidades com o português de hoje do que com o latim falado no tempo da colonização romana».

Que grande exemplo de dinamismo, de poder criador, de individualidade, o dessa população de entre Tejo e Minho — tão maravilhosamente personificado em D. Afonso Henriques!

Nesta Língua, em que nos quatro cantos da terra se praguejou e rezou, se lamentou o infortúnio e se proclamou a vitória, se murmurou de desespero e se cantou o amor, os Portugueses anunciaram e ensinaram os ideais da civilização portuguesa, que em nação alguma os houve, nem mais altos, nem mais puros.

E nesta Língua se diz tudo o que encanta, aformoseia e aperfeiçoa a alma humana.

Comentou, não há muito, um tratadista político, a propósito da violência, que será necessário mudar, fazer evoluir a natureza do homem, para que os revolucionários de hoje não sejam os opressores de amanhã.

Pois a Língua Portuguesa também poderá contribuir para este ideal e ser um grande factor de paz.

Falada hoje por mais de 140 milhões de pessoas na América, na Europa, na Ásia, na África, que formidável elemento de conversão não será ela, se os governos dos novos Estados souberem interpretar os segredos da Criação e não fecharam olhos e ouvidos e corações a esta realidade nova.

Que falem, comuniquem e se entendam na língua veicular comum que esteve na base da sua expansão — e que se não deixem subjugar por falsos nacionalismos ou por amputadores retrocessos culturais.

Os povos verdadeiramente dignos de independência só têm poder ascensional!

Não estou com o Poeta, que tanto admiro, quando num poema de Dezembro de 1928, há 51 anos, nos retratou:

*Ninguém sabe que coisa quer,
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro,
Tudo é disperso, nada é inteiro,
Ó Portugal, hoje és nevoeiro ...*

Mas estou com ele, de alma e coração — vai-me no peito e na raça —, quando no fim deste lamento, deste desânimo, se ergue num repente de energia, de fé, de tudo vale a pena, se a alma não é pequena, e nos lança um repto, uma palavra de comando, um grito de acção:

É a Hora!

Pois é agora também a Hora — e arranquemo-nos para a cruzada da Língua Portuguesa.

DISCURSO, EM REPRESENTAÇÃO DA CLASSE DE CIÊNCIAS,
PROFERIDO PELO PROF. DOUTOR
ANTÓNIO JORGE ANDADE DE GOUVEIA

É para mim um imerecido privilégio usar da palavra perante esta douta assembleia, no início das Comemorações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. É sempre difícil e de extrema responsabilidade tratar de uma instituição como esta, que pela riqueza da sua história, pela transcendência das missões cumpridas e a cumprir, pelo seu prestígio nacional e internacional, exige de quem o faça altas qualidades de inteligência e de cultura. Rogo, assim, aos Excelentíssimos Ouvintes a sua maior benevolência.

Muito tem sido dito sobre pontos culminantes da história da Academia, de maneira que é pouco possível juntar alguma coisa de novo, e limitar-me-ei a exprimir algumas opiniões pessoais, sem de maneira alguma vincularem a Academia, sobre o que fez, o que faz, e o que fará no campo científico, particularmente da química e suas aplicações, assuntos que muito terei de restringir.

Em palavras de Francisco Manuel Trigoso, «uns poucos homens dotados de grande amor das Ciências, e de muito zelo pela verdadeira glória e felicidade da sua Nação, animados por um Varão ilustre..., estabeleceram esta Academia das Ciências, consagrada ao aumento delas, e à sua propagação; a caminhar ao profundo conhecimento da Natureza; a esclarecer as Classes da Nação, e a tirar das Ciências os conhecimentos que influíssem nos Agricultores e Artistas, e desse uma útil direcção aos seus trabalhos»¹. Eram estas, na Classe de Ciências, as finalidades a atingir pela nova Sociedade, que na sua totalidade se mantêm, e cujos trabalhos foram prosseguidos ao longo destes dois séculos com entusiasmo, com incansável esforço, com abnegado sacrifício, tendo conseguido, dentro de recursos muito limitados, obra digna da instituição.

¹ Christovam Ayres, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927), p. 15.